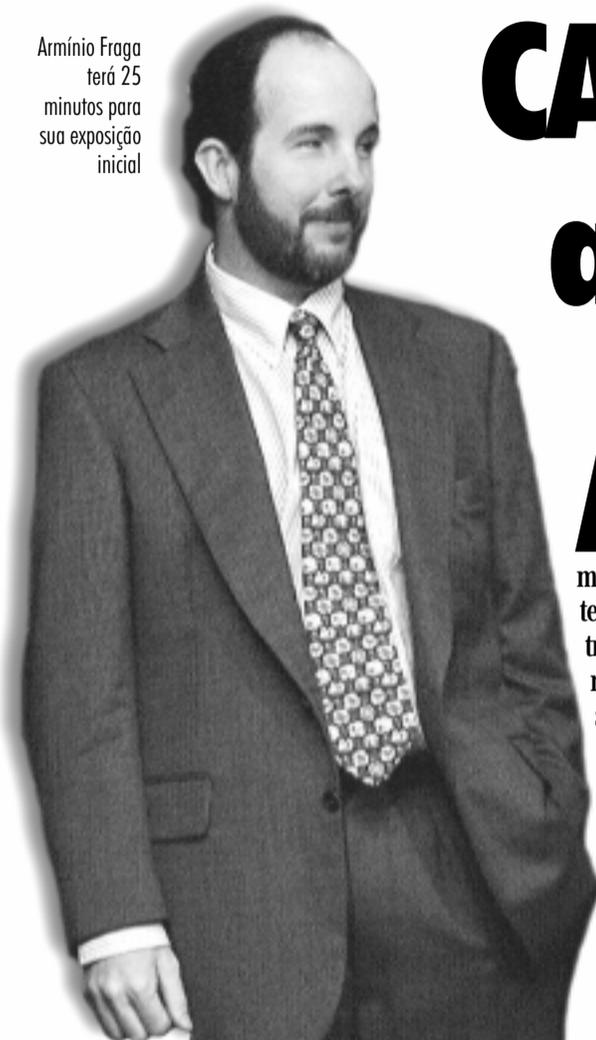


Armínio Fraga terá 25 minutos para sua exposição inicial



CAE sabatina indicados ao Banco Central hoje

Armínio Fraga expõe seus planos para comandar a política monetária do país e responde a perguntas dos senadores em reunião marcada para as 9 horas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sabatina hoje, em reunião marcada para as 9h, o presidente indicado para o Banco Central, Armínio Fraga, e os diretores designados para compor sua equipe. Fraga encontrou-se ontem com o presidente da CAE, senador Fernando Bezerra, que lhe explicou como ocorrerá a reunião. O principal sabatinado terá 25 minutos para fazer sua exposição inicial e depois respon-

derá às perguntas dos senadores. Até ontem às 18h, já havia 32 inscritos.

TV Senado mostra reunião ao vivo

A TV Senado transmite ao vivo hoje, a partir das 9h, a reunião em que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) irá sabatar o economista Armínio Fraga Neto, indicado para a presidência do Banco Central. Amanhã e domingo, às 15h, a reunião será reapresentada.

PÁGINA 3

BNDES

Aprovado novo empréstimo

O plenário do Senado aprovou ontem projeto autorizando o BNDES a contratar empréstimo de até US\$ 1,1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão usados para a execução de programas que visam reduzir os desequilíbrios regionais e sociais do país.

PÁGINA 2

CLT Demissão por justa causa tem novas regras

O Senado aprovou ontem novas regras para os casos de demissão por justa causa. O empregador deverá comunicar ao empregado, por escrito, os motivos que o levarem à dispensa. Pela proposta, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a demissão será considerada nula se for comprovada, em juízo, que foi motivada por discriminação política, religiosa ou de natureza sexual. A matéria retornará à Câmara dos Deputados.

PÁGINA 2



Senadores aprovaram modificações na CLT na sessão de ontem

Luiz Otávio cobra projeto para Amazônia

O senador Luiz Otávio defendeu ontem a inserção da Amazônia em um projeto nacional de desenvolvimento. Ele disse que a contribuição da região, nesta hora de crise, depende do governo federal e dos estados.

PÁGINA 8

Jáder quer Senado liderando diálogo

Em discurso que agitou o plenário e gerou doze apartes, o líder do PMDB, Jáder Barbalho, defendeu ontem que o Senado assumira a vanguarda no processo de discussão das saídas para a atual crise brasileira. Ele convidou as lideranças políticas a deixarem de lado as "questiúnculas pessoais" e partirem para um diálogo franco e aberto. Jáder também endossou as críticas do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao Fundo Monetário Internacional.

PÁGINA 4



Jáder apelou ao presidente FHC e a Itamar Franco para que dialoguem

Aprovado empréstimo de US\$ 1,1 bilhão

A operação, a ser contratada junto ao BID, permitirá ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social financiar o setor produtivo nacional

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor equivalente a até US\$ 1,1 bilhão, destinado ao Programa Global de Financiamento Multissetorial.

A matéria foi aprovada anteriormente pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde teve como relator o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Segundo ele, a operação de crédito, solicitada ao Congresso por meio de mensagem do presidente da República, permitirá dar continuidade ao programa de reestruturação do setor produtivo

nacional, tornando-o mais competitivo.

De acordo com as normas do empréstimo, o prazo de amortização será de 20 anos, com desembolso por quatro anos, a partir do início da vigência do contrato.

O pagamento será feito em 32 parcelas semestrais e consecutivas, sendo que a primeira delas vencerá no dia 15 de maio de 2003 e a última, no dia 15 de novembro de 2018.

“As condições financeiras encontram-se plenamente compatíveis com o mercado internacional, não havendo o que se opor quanto às mesmas ou quanto às cláusulas contratuais, uma vez que estas e aquelas estão de acordo com as regras do BID”, afirmou Arruda em seu parecer.



O plenário do Senado também concluiu ontem o segundo dia de discussão da emenda que cria novas varas judiciais

JUDICIÁRIO

O plenário também encerrou o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que dispõe sobre a criação de juizados especiais na Justiça Federal e *habeas corpus* concedido pelos tribunais superi-

ores e estaduais.

A terceira discussão sobre a matéria será realizada na próxima sessão deliberativa. A matéria tem parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Empresa poderá ter de justificar as demissões

O plenário também aprovou ontem substitutivo do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) a projeto de lei da Câmara que acrescenta à Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) um parágrafo exigindo que, no caso de dispensa por justa causa, o empregador comunique ao empregado, por escrito, os motivos que levaram à demissão. A proposta será ainda votada em turno suplementar.

O projeto determina que, se ficar comprovado em juízo que a demissão por justa causa se deu por motivos de discriminação política, ideológica, religiosa ou de natureza sexual, o contrato de trabalho seja restabelecido e a despedida, considerada nula para todos os efeitos legais.

FÉRIAS

Outro projeto da Câmara teve a votação adiada para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, a pedido do senador Bello Parga (PFL-MA). O projeto estabelece que as faltas justificadas autorizadas por lei não podem ser deduzidas dos dias de férias a que o empregado tem direito.

Tebet critica distribuição dos recursos

Ao comentar o projeto que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a contratar empréstimo no valor de até US\$ 1,1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) protestou contra a forma como são distribuídos os financiamentos do BNDES. Ele afirmou que o maior volume dos recursos é destinado às regiões Sul e Sudeste, não sendo aplicado quase nada no Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

– Não vou votar mais nenhum pedido de empréstimo desse tipo, a não ser que o BNDES apresente um programa explicando detalhadamente onde o dinheiro será aplicado. Infelizmente, esses financiamentos hoje não beneficiam as pequenas comunidades e os estados mais necessitados, que precisam modernizar seu sistema produtivo – reclamou Tebet.

Apesar de criticar a má distribuição dos financiamentos pelo BNDES, Tebet concordou com a



Para Ramez Tebet, o BNDES concentra as aplicações nas regiões Sul e Sudeste

aprovação do empréstimo. Observou que é importante o banco dispor de recursos para aplicar no Programa Global de Financiamento Multissetorial. Ele lembrou que durante sua vida pública sempre tem defendido a necessidade de o país investir em programas voltados para o setor produtivo.

Na opinião dele, investindo no setor produtivo, o país terá condi-

ções de abastecer o mercado interno e exportar o excedente, reduzindo o desequilíbrio da balança comercial. Sem investimentos, completou, o Brasil cada vez mais vê sua indústria ficar defasada com relação às demais nações.

O senador citou a experiência do seu estado, que não dispõe de número suficiente de agroindústrias capaz de aproveitar a matéria-prima produzida nos municípios. Dessa forma, disse, a produção é exportada para estados mais avançados industrialmente, que fazem o beneficiamento e devolvem o produto industrializado.

Falando como um dos representantes da região Sudeste, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) concordou que têm sido destinados mais recursos para a sua região do que para as demais. Ele comentou que, em nome de uma melhor distribuição de renda, deveria haver um esforço para reduzir esse desequilíbrio.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

▶ 9h - Preside sessão não deliberativa do Senado

PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

▶ 9h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *Mensagem nº 74/99, que submete ao Senado Federal o nome de Arminio Fraga Neto, para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil; *Mensagem nº 77/99, que submete ao Senado Federal o nome de Daniel Luiz Gleizer, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil; *Mensagem nº 78/99, que submete ao Senado Federal o nome de Edison Bernardes dos Santos, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil; *Mensagem nº 79/99, que submete ao Senado Federal o nome de Luiz Carlos Alvarez, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil; *Mensagem nº 80/99, que submete ao Senado Federal o nome de Luiz Fernando Figueiredo, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. e *Mensagem nº 81/99, que submete ao Senado Federal o nome de Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. Local: Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

Segunda-feira (1º.3.99)

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (2.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Terceiro dia de discussão do primeiro turno da PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal; *Substitutivo ao PLC nº 36/96, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas; e *PLC nº 40/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviço público estabelecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos.

Quarta-feira (3.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Votação em 2º turno da PEC nº 64/95, que dispõe sobre prazo prescricional das ações trabalhistas; e *Quarto dia de discussão do primeiro turno da PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal.

Quinta-feira (4.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Quinto e último dia de discussão do primeiro turno da PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal.

Sexta-feira (5.3.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo 1 do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Indicados para o Banco Central falam à CAE

Presidente da comissão, senador Fernando Bezerra, recebeu ontem o economista Armínio Fraga e explicou como pretende organizar a reunião, que já tem grande número de senadores inscritos para participar da sabatina

O economista Armínio Fraga Neto, indicado para a presidência do Banco Central, e os outros cinco escolhidos pelo presidente da República para compor a diretoria da instituição serão sabatinados hoje, a partir das 9h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Fraga esteve ontem com o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), presidente da CAE, que lhe explicou como pretende organizar a reunião, diante do grande número de parlamentares inscritos para a arguição.

Fernando Bezerra submeterá a proposta de organização da sabatina aos integrantes da comissão. Ele pretende abrir a reunião e logo em seguida passar a palavra ao relator das mensagens presidenciais, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Logo após, conforme a proposta, Armínio Fraga terá 25 minutos para fazer sua exposição, sendo seguido pelos demais sabatinados, que disporão de cinco minutos cada um.

Passada essa etapa, Fernando Bezerra deverá franquear a palavra aos líderes partidários, que terão cinco minutos para arguir os indicados. Cada um dos diretores indicados do BC terá o mesmo tempo para

O presidente escolhe, mas a posse depende do Senado

Presidente e diretores do Banco Central, ministros de tribunais superiores e embaixadores, entre outras autoridades, são indicados pelo presidente da República. No entanto, os escolhidos só podem tomar posse depois de sabatinados e aprovados pelo Senado, em votação secreta. É o que dispõe o artigo 52 da Constituição federal.

O processo de indicação do economista Armínio Fraga Neto para a presidência do Banco Central se iniciou com uma mensagem presidencial ao Senado, com o nome, qualificação e *curriculum vitae* do candidato. A matéria foi lida em plenário e enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, que marcou reunião para arguir o candidato sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado. A sabatina é pública.

A aprovação se dará por maioria simples (metade dos presentes mais um), com presença de maioria absoluta dos membros da comissão. A votação é secreta, ou seja, os Anais da Casa não registram quais os senadores que votaram contra ou a favor do candidato, somente seu resultado.

Numa segunda etapa, a indicação de Fraga será debatida e votada em plenário, mas sem necessidade da presença do candidato. Como na comissão, o nome precisa ser aprovado por maioria simples, em votação secreta.



Fernando Bezerra diz que Fraga manifesta confiança na queda dos juros

responder. Senadores e sabatinados disporão de três minutos para réplicas e tréplicas. Só então será dada a palavra aos senadores previamente inscritos para sabatar Armínio Fraga e os demais indicados (até as 18 horas de ontem já havia 32 inscritos). Fernando Bezerra vai propor

ACM prevê aprovação pelos senadores

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu na manhã de ontem que o presidente indicado para o Banco Central, Armínio Fraga, será aprovado pelos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na sabatina marcada para hoje, às 9h. "De um lado, porque é competente, e de outro porque é moralmente inatacável", explicou.

Antonio Carlos igualmente prevê uma sessão longa na CAE, não apenas pelo interesse de inúmeros parlamentares em participar do debate com Armínio Fraga, como também pelo fato de a sabatina incluir ainda outros cinco diretores indicados para a instituição. Em função disso, o senador revelou que já mandou "preparar sanduíches para os senadores e jornalistas que vão acom-

que as arguições sejam baseadas em um rodízio entre os partidos.

Os indicados para compor a diretoria do BC, sob a presidência de Armínio Fraga, são Daniel Luiz Gleizer, Edison Bernardes dos Santos, Luiz Carlos Alvarez, Luiz Fernando Figueiredo e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.

QUEDA DE JUROS

Fernando Bezerra afirmou que Armínio Fraga está confiante na diminuição progressiva das taxas de juros, a partir do segundo semestre. "Ele falou sobre o cenário econômico do país e disse esperar uma redução nos juros. Não especificou, entretanto, a que velocidade nem a que níveis", informou o presidente da CAE.

Com relação à política cambial, Armínio Fraga fez um prognóstico semelhante ao que o senador vem fazendo já há al-

gum tempo. "Concordamos que quem está comprando dólares agora, a essas taxas, faz um mau negócio", disse Bezerra, confiante na estabilização do dólar em aproximadamente R\$ 1,65.

O presidente da CAE comentou também a possibilidade de a oposição fazer questionamentos duros a Fraga, inclusive com relação a possíveis irregularidades cometidas quando ele era diretor do BC em 1992, e que estariam sendo investigadas pelo Tribunal de Contas da União.

— É bom que a oposição aperte os sabatinados, para que os esclarecimentos sejam maiores. Mas, sinceramente, a expectativa é pela aprovação, porque o governo tem a maioria. Porém, tudo vai depender de como ele se portar durante a reunião — observou o senador, prevendo que a decisão da CAE seja submetida ao plenário na próxima quarta-feira.



Antonio Carlos considera Fraga "competente e moralmente inatacável"

panhar a sessão".

Na avaliação do presidente do Senado, situação e oposição deverão desempenhar seus respectivos papéis

na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos: "A oposição vai criticar e a situação vai defender e aprovar", concluiu.

Requião quer examinar processos contra Fraga

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou requerimento solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) a remessa imediata ao Senado Federal de todos os processos que envolvem o nome de Armínio Fraga, indicado para presidir o Banco Central. A expectativa do parlamentar era de que os documentos fossem enviados antes da sabatina de Fraga, marcada para hoje.

Requião disse ter recebido denúncias formuladas pelo ex-deputado federal João Cunha, de São Paulo, segundo as quais o indicado para presidir o BC é alvo de vários processos no TCU e também na Justiça Federal. Para ilustrar o pedido, o parlamentar arrolou os números de vários processos no tribunal — que é um órgão de apoio do Congresso Nacional. Em todos esses processos, conforme informou Cunha, haveria condenações por ilícitos administrativos cometidos por Fraga — diretor do BC no governo de Fernando Collor — e pelo ex-presidente do BC, Francisco Gros.

O senador afirmou também que iria



Requião espera que o Senado verifique se Fraga optou pela nacionalidade americana

procurar, na tarde de ontem, as ações populares contra Fraga em tramitação na Justiça Federal. Disse querer dar "suporte fático" às dúvidas quanto à ilibada reputação de Fraga levantadas pelo senador Roberto Freire (PPS-PE). Ele lembrou que as suspeitas de Freire foram consideradas pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, como "juízo pessoal".

Para Requião, parece não bastar, ao Senado Federal, o fato de Armínio Fraga ter operado o ataque à moeda da Tailândia, onde, assinalou, provocou a demissão e o

desespero de milhares de pessoas. Também destacou o fato de Fraga ser um operador a serviço do especulador George Soros, "um homem que diz ser amoral, que opera no mercado porque se ele não o fizesse outros o fariam".

— Se Armínio Fraga corresponde ao perfil amoral e ao caráter do senhor George Soros, de quem foi auxiliar imediato até há pouco, ele não pode ser presidente do Banco Central — afirmou.

O senador também destacou que o Senado deverá checar a opção feita por Fraga pela nacionalidade americana, embora filho de brasileiro. Segundo Requião, essa opção, a exemplo da feita por Soros (húngaro de nascimento), teria como objetivo permitir a Fraga operar no mercado dos Estados Unidos.

Para o senador, se Armínio Fraga é a pessoa mais indicada para administrar o Banco Central por ser um "bandido" do mercado, então "o mais indicado é colocar a fraudadora da Previdência Georgina de Freitas no Ministério da Fazenda e o sucessor do traficante colombiano Pablo Escobar na Polícia Federal".

Consumidor poderá escolher data para pagar contas

As empresas concessionárias de serviços públicos terão de oferecer pelo menos seis datas diferentes para que os usuários escolham uma para o pagamento de suas contas. Isso é o que determina projeto de lei a ser votado na terça-feira pelo plenário do Senado.

A proposta, que tem parecer favorável do relator na CCI, senador Pedro Simon (PMDB-RS), determina ainda que as datas indicadas por uma empresa deverão ser as mesmas para as várias companhias de serviços públicos no estado.

A idéia da autora do projeto, deputada Vanessa Felippe, é facilitar a vida dos consumidores, que atualmente são obrigados a pagar contas em dias diferentes. Para ela, com a escolha de uma data para pagamento de todas as contas, o usuário não terá de se ausentar do serviço várias vezes num mês para ir ao banco.

Também na terça, o plenário fará a última votação de um projeto que estabelece como deve ser a proteção das cavernas brasileiras. A proposta, que depois terá de ser votada pelos deputados, proíbe lavra mineral ou construção, inclusive de estradas, a menos de 300 metros da entrada de qualquer caverna. A União, a quem constitucionalmente pertencem as cavernas, fica autorizada a firmar convênio com estados e municípios para sua proteção e utilização.

Ainda na terça-feira, transcorrerá o terceiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional que cria juizados especiais na Justiça Federal. Caso não receba emendas, o projeto poderá ser votado a partir do quinto dia de discussão.



Pedro Simon deu parecer favorável na CCI ao projeto originário da Câmara

Jáder conclama líderes ao diálogo contra crise

Em discurso que movimentou o plenário, líder do PMDB lembrou que “o povo está cansado de jogadas de marketing” e sugere que o Senado lidere processo de debate sobre alternativas para enfrentar os problemas nacionais

O líder do PMDB no Senado e presidente do partido, Jáder Barbalho (PA), conclamou ontem as lideranças políticas e administrativas do país a esquecer questiúnculas pessoais e iniciar um diálogo franco e aberto com o objetivo de encontrar soluções para a profunda crise em que se debate o país. “Não há lugar para ilhas no Brasil. Estamos todos juntos e o Senado pode liderar esse processo. A população está cansada de jogadas de marketing e espera que estejamos à altura desse desafio histórico.”

Ao reconhecer que o PMDB faz parte da base de sustentação do governo, Jáder ressaltou que isso não significa aceitar todas as suas propostas. “Desde o início, dissemos que o partido não aprovaria cortes na saúde ou na educação. Como bem afirmou nosso presidente, Antonio Carlos Magalhães, não podemos aceitar intromissões do FMI propondo sacrificar o povo brasileiro com cortes em merenda escolar e fornecimento de cestas básicas. *Aí é demais!*”, desabafou.

Para Jáder, os sacrifícios impos-

tos pela crise precisam ser arcados pelas elites. “Por que não se alonga o perfil da dívida interna? Não estou propondo calote, estou falando de renegociação para diminuir o peso dos juros da dívida interna que, em 1999, ameaçam chegar a R\$ 100 bilhões. Até mesmo os problemas dos estados estão intimamente ligados ao aumento desmesurado de suas dívidas, também causado pelos juros estratosféricos.”

O senador pelo Pará alertou que o Brasil está longe do clima de saudável mudança que surge com eleições próximas. “Há apenas dois meses, o presidente foi reeleito, governadores tomaram posse e quase todo o Congresso foi renovado. Também não há clima para qualquer turbulência institucional. Portanto, a solução precisa sair de nós mesmos e o Senado reúne todas as condições para liderar o diálogo lúcido que a situação exige”, destacou.

Jáder Barbalho fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao governador Itamar Fran-

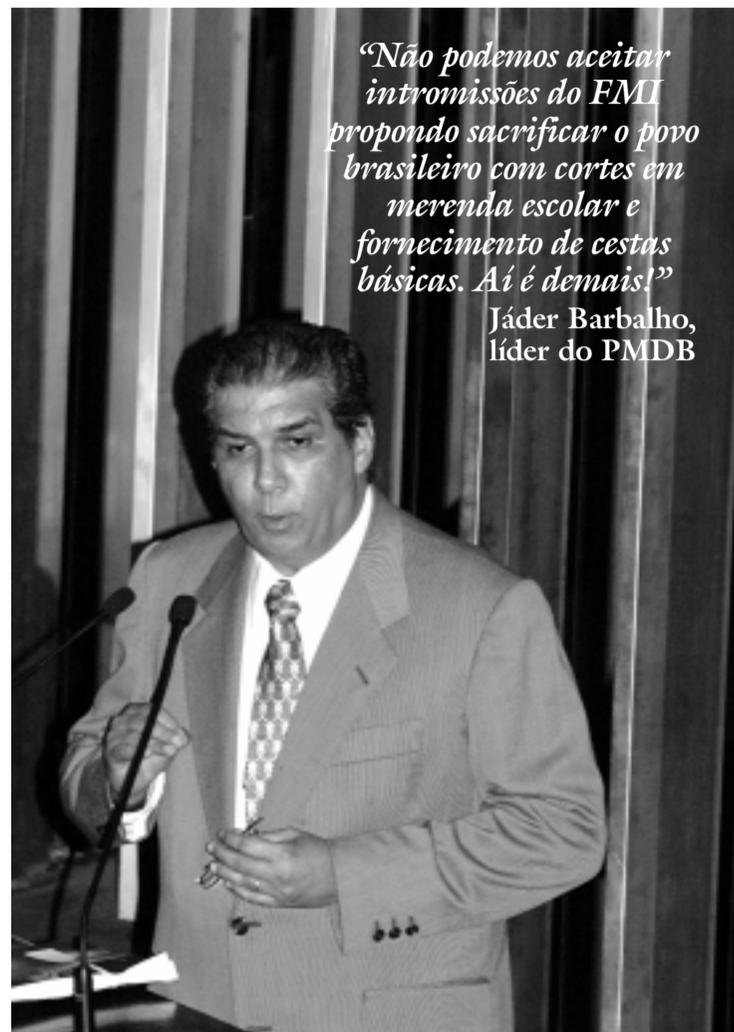
co para sentarem-se à mesa e iniciarem um diálogo. “Se Itamar pensa resolver os problemas de Minas com isolamento, está equivocado. Não importa quem tem razão pelas relações deterioradas, o importante agora é retomar o diálogo.”

O líder negou que Fernando Henrique Cardoso se tivesse recusado a receber Itamar, em janeiro. “Eu mesmo levei seu convite ao governador. Acho que os ‘segundos’ de FHC e os ‘segundos’ de Itamar não estão colaborando.”

Como passos iniciais para encontrar soluções para a crise, Jáder citou três fatos: a sabatina de Arminio Fraga no Senado, o encontro de Fernando Henrique Cardoso com os governadores, ambos hoje, e a vinda de Itamar, na próxima terça-feira, para conversar com a bancada do PMDB. “Esses são eventos que podem abrir caminhos. Não por acaso, o Senado se coloca no cerne das negociações, em decorrência de suas atribuições de representar os estados e de ser o guardião das finanças da União, estados e municípios” – finalizou.

*“Não podemos aceitar intromissões do FMI propondo sacrificar o povo brasileiro com cortes em merenda escolar e fornecimento de cestas básicas. *Aí é demais!*”*

Jáder Barbalho, líder do PMDB



Discurso provoca muitos apartes

O discurso de Jáder Barbalho galvanizou o plenário, provocando uma dúzia de apartes. Os senadores Luiz Estevão (PMDB-DF) e Carlos Bezerra (PMDB-MT) aplaudiram a proposta de alongar o perfil da dívida interna – sem calote, mas com negociação – para diminuir os gastos com o pagamento de juros, que deve chegar a R\$ 100 bilhões em 1999. “O corte de R\$ 49 milhões em gastos com a cesta básica representa uma hora de juros na dívida interna que, em março, somará R\$ 414 bilhões. Não será assim que vamos solucionar a crise”, disse Estevão.

Para Ademir Andrade (PSB-PA) o PMDB faz bem em propor o diálogo, porque “durante quatro anos cometeu o pecado de aprovar tudo o que o governo quis, sem contestar, e agora precisa se redimir. Não acredito, porém, que seja através da idéia de mais um imposto, o ‘verde’, destinado ao Ministério dos Transportes, que sairemos da crise”, afirmou. Jáder prometeu discutir esse tema em ocasião posterior.

O senador José Alencar (PMDB-MG) disse que a crise está acontecendo porque “fize-



Luiz Estevão (E) e Carlos Bezerra aprovaram a sugestão de alongar o perfil da dívida, sem calote

mos uma grande festa e agora a conta chegou”. Ele lamentou que o nacionalismo no Brasil esteja sendo considerado coisa de dinossauros. “Mas os grandes países do mundo são nacionalistas e protegem com garra seus interesses. Nós não: em nome da globalização exportamos empregos e abrimos nosso mercado a produtos importados baratos.”



Ademir (E) disse que PMDB costumava aprovar tudo sem discutir e Alencar (D) lembrou que a conta da “festa” chegou

Segundo o senador Roberto Requião (PMDB-PR) o desentendimento entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e Itamar pode acabar se os dois abrirem mão de jogadas de marketing.

Ele aplaudiu a iniciativa da bancada do PMDB de chamar Itamar para uma conversa, mas criticou a escolha de Arminio Fraga para a presidência do BC. “Sua principal credencial é ser um ‘bandideiro’ do mercado financeiro. É o caso de colocar o traficante Pablo Escobar na Polícia Federal e Georgina de Freitas, especialista em fraudar a Previdência Social, para ministra da pasta.”

Fernando Bezerra (PMDB-RN), Sebastião Rocha (PDT-AP), José Eduardo Dutra (PT-SE), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Amir Lando (PMDB-RO), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mauro Miranda (PMDB-GO) se uniram para ressaltar a urgência do diálogo entre União, estados, Congresso e setores da sociedade como empresários, sindicalistas e a CNBB para formular propostas para solucionar a crise.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/97, na Câmara dos Deputados). Presidente da República. Acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas “i” do inciso I do art. 102 e “c” do inciso I do art. 105 da Constituição federal. (criação de juizados especiais federais).

Resultado: Matéria retorna à Ordem do Dia da sessão de terça-feira (2), para o 3º dia de discussão em 1º turno.

2

Projeto de Resolução nº 3, de 1999. Mensagem nº 28, de 1999 (nº 1.636/98, na Casa de origem). Autoriza o BNDES a contratar operação de crédito, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$ 1,1 bilhão, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1993 (nº 3.343/89, na Casa de origem). Dispõe sobre o acréscimo de inciso VII do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Parecer sob nº 576/98-CAS.

Resultado: Lido e aprovado Requerimento, do Senador Bello Parga, de adiamento da discussão para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos. A matéria vai à CAE.

4

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1995 (nº 367/91, na Casa de origem). Altera dispositivos da CLT, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias. (tramita em conjunto com o PL nº 25 da Câmara, de 1993).

Resultado: Lido e aprovado Requerimento, do Senador Bello Parga, de adiamento da discussão para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos. A matéria vai à CAE.

5

Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1994 (nº 1.306/91, na Casa de origem). Acrescenta § 2º ao art. 482 da CLT. Relator: Senador Nabor Júnior, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo).

Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). À CDir para redigir o vencido para o turno suplementar.

6

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1995 (nº 100/91, na Câmara). Revoga o parágrafo único do art. 482 da CLT. Resultado: Prejudicado, em virtude da aprovação do substitutivo ao item anterior (Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1994). Ao Arquivo.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Senado apreciou oito matérias nesta semana

A 51ª Legislatura começou na segunda-feira e plenário já aprovou, entre outros projetos, a programação monetária do governo para o trimestre e um empréstimo de US\$ 1,1 bilhão do BNDES junto ao Banco Interamericano

O Senado apreciou oito matérias desde a instalação da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, na segunda-feira passada.

A programação monetária do governo para o primeiro trimestre foi uma das propostas aprovadas nesta semana, a primeira de funcionamento normal da Casa depois da realização da convocação extraordinária, de 6 de janeiro a 13 de fevereiro, que deixou saldo de 48 matérias examinadas.

Ontem, o plenário aprovou substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais a projeto da Câmara estabelecendo que os motivos da dispensa por justa causa deverão constar de comunicação por escrito feita pelo empregador, no ato da demissão. O texto voltará ao plenário para turno suplementar.

EMPRÉSTIMO

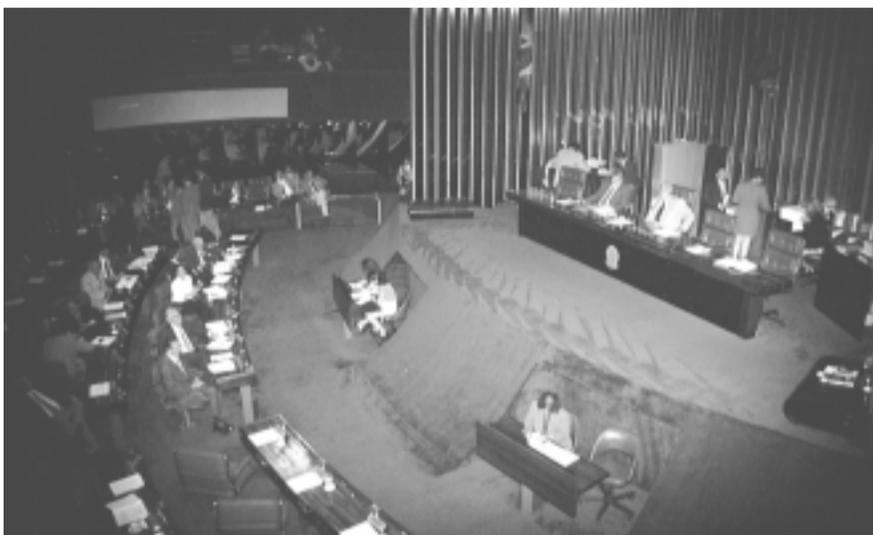
Na mesma sessão, foi autorizada contratação de operação de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 1,1 bilhão, destinada ao Programa Global de Financiamento Multissetorial, que visa reestruturar o setor produtivo nacional para torná-lo mais competitivo.

Os senadores aprovaram também, durante esta semana, os nomes de quatro embaixadores: Thereza Maria Machado Quintela (para o Cazaquistão), Gilda Maria Ramos Guimarães (Guatemala), Ricardo Drummond de Mello (Nicarágua) e Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra (Granada).

Ainda nesta semana, o plenário realizou as primeiras sessões de discussão da emenda constitucional que permite a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal, com rito simplificado que permitiria facilitar o acesso da população carente à Justiça.

ELEIÇÃO

Na quarta-feira, foi instalada a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que elegeu como presidente o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) e vice o senador Bello Parga (PFL-MA). Na mesma sessão, a comissão decidiu marcar para hoje a sabatina de Arminio Fraga e de diretores indicados para o Banco Central. A CAE rejeitou requerimentos de convocação do ex-presidente do BC, Francisco Lopes, e do ministro da Fazenda, Pedro Malan.



Plenário aprovou projeto estabelecendo que os motivos da demissão por justa causa deverão constar de comunicação por escrito feita pelo empregador

▼ MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO EM 1999	
[de 22 a 26 de fevereiro de 1999]	
Projeto aprovado e enviado à promulgação	1
• Operação de Crédito	1
Projeto aprovado e enviado à Câmara	1
Mensagens de escolha de diplomatas	4
Projeto aprovado em primeiro turno	1
▶ Total de matérias aprovadas	7
Projeto enviado ao Arquivo	1
▶ Total de matérias apreciadas	8
▼ NA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	
[de 6 de janeiro a 13 de fevereiro de 1999]	
Projetos aprovados e enviados à sanção	14
Projetos aprovados e enviados à promulgação	23
• Acordos Internacionais	8
• Operações de Crédito	14
• Assunto Administrativo	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	4
Mensagens de escolha de autoridades	3
Mensagens de escolha de diplomatas	3
Emenda constitucional enviada à promulgação	1
▶ Total de matérias aprovadas	48
Projetos enviados ao Arquivo	7
▶ Total de matérias apreciadas	55
▶ Sessões realizadas na convocação	30

ACM é convidado para abrir exposição em Paris

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência na tarde de ontem o assessor para assuntos culturais da prefeitura de Paris, Jean Gaultier, que veio convidá-lo para inaugurar, ao lado do presidente Fernando Henrique Cardoso, uma exposição de arte barroca brasileira incluída na programação das comemorações do ano 2000 na capital francesa.

Gaultier disse que a exposição será também uma homenagem aos 500 anos da descoberta do Brasil. Trezentas mil pessoas deverão visitar a mostra, que

estará aberta no museu do Petit Palais, de novembro deste ano a fevereiro de 2000, com um acervo de 350 peças, das quais 150 já estão agendadas. Entre elas, vinte esculturas de Aleijadinho que nunca haviam deixado o Brasil.

Um dos motivos da viagem do assessor da prefeitura de Paris ao Brasil é o levantamento do restante das peças, daí, segundo Jean Gaultier, o interesse de encontrar-se com o senador Antonio Carlos Magalhães, "como brasileiro e colecionador de arte barroca", para auxiliar na montagem do evento.

Balanço mostra votação de 920 propostas em dois anos

Um balanço das atividades do Senado Federal nos últimos dois anos, preparado pela Secretaria Geral da Mesa, mostra um período de intensas atividades, quando os senadores discutiram 920 matérias, das quais 720 foram aprovadas, inclusive emendas à Constituição.

Na apresentação do relatório, de 940 páginas, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirma que "nunca a sociedade brasileira exigiu tanto do Congresso. E nunca o Congresso deu tanto de si à sociedade". Para ele, o Brasil mudou bastante nos últimos dois anos graças ao trabalho do Congresso.

– Alteramos a estrutura da administração pública, o papel do Estado, o sistema previdenciário, os direitos e deveres dos cidadãos, o funcionamento do sistema habitacional, os monopólios do Estado, o sistema de saúde pública, o sistema financeiro e tributário, a sistemática orçamentária, a estrutura dos gastos públicos e o aperfeiçoamento do Judiciário, só para citar alguns exemplos – diz o presidente do Congresso.

Antonio Carlos lembra que as mudanças do país têm sido sustentadas por centenas de projetos de lei, os quais

amparam legalmente toda transformação. O presidente prevê que 1999 será também um ano de muito trabalho e desafios, inclusive porque o Congresso deverá mexer na estrutura de impostos do país ao votar a reforma tributária, num ano de crise econômica, com desemprego elevado e "grandes riscos à estabilidade da moeda nacional".

O relatório mostra que, nos últimos dois anos, os senadores e deputados foram convocados três vezes pelo presidente da República a trabalhar durante os recessos de meio e de fim de ano. No último receso, em janeiro passado, o Congresso foi convocado para votar as propostas de ajuste fiscal feitas pelo presidente da República (economia de R\$ 28 bilhões neste ano), do qual fez parte a criação da alíquota de contribuição previdenciária para servidores aposentados e o aumento da contribuição dos funcionários da ativa.

O documento, divulgado pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, mostra a atuação de cada senador, desde os projetos apresentados até os discursos feitos. No caso das comissões do Senado (onde os projetos são discutidos inicialmente), o relatório revela que elas fizeram 678 reuniões nos últimos quatro anos.



Joaquim Pina Moura disse a ACM que Portugal manterá investimentos no Brasil

Político canadense e ministro português visitam o Senado

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o presidente do Congresso do Canadá, senador Gildas Mougat, e também o ministro da Economia de Portugal, Joaquim Pina Moura.

Com o senador Mougat, Antonio Carlos conversou sobre o fortalecimento dos laços de intercâmbio parlamentar, com a criação de grupo de trabalho Brasil-Canadá, para atuar ligado à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Já com o ministro da Economia de

Portugal, que veio acompanhado pelo embaixador português, Francisco Knopfli, a conversa foi sobre os empreendimentos portugueses no Brasil visitados por Joaquim Pina Moura, e também o anúncio da concessão de empréstimo do governo português, autorizado pela Assembleia Legislativa daquele país.

O ministro garantiu a Antonio Carlos que Portugal pretende manter todos os investimentos no Brasil, porque considera que a crise cambial que o país está enfrentando é de caráter passageiro.

Lúdio recebe governador de Mato Grosso do Sul

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) recebeu ontem visita de cortesia do governador de Mato Grosso do Sul, José Orcirio dos Santos, o Zeca do PT, acompanhado do secretário de Justiça, Celso Panoff Philbois.

O governador relatou ao senador as medidas que estão sendo adotadas no estado para colocar as contas em dia, ouvindo de Lúdio Coelho que vale a pena qualquer esforço para incentivar o aumento das receitas públicas e o desenvolvimento econômico estaduais. Os dois políticos concordaram que o momento é de diálogo, negociação e reforço da democracia.

O governador também relatou ao senador o encontro realizado ontem no estado entre assessores do governo, deputados, prefeitos e agricultores,



Lúdio Coelho conheceu os planos de Zeca do PT para desenvolver o MS

para discutir o "Mutirão Safra", a ser lançado nos próximos 20 dias.

— O nosso estado tem tudo para dar certo, e tem que dar certo — afirmou o senador Lúdio ao final do encontro.

Projeto de Cabral facilita investigação de paternidade

Projeto de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) inclui no Código Civil dispositivo legal que possibilita a apresentação de provas científicas nos casos relacionados com investigação de paternidade. A proposta beneficia inclusive quem já perdeu ações dessa natureza e não contava à época com recursos como os testes de DNA. No caso, o interessado poderá entrar na Justiça com um pedido de revisão de seu processo.

Na justificativa da proposta, o senador compara esse tipo de revisão com os casos das ações de alimentos, quando uma das partes pede que seja atualizada decisão, em função de alterações econômicas individuais. A decisão judicial na investigação de paternidade será considerada irreversível apenas quando for baseada na apresentação de provas científicas, no caso, o teste de DNA.

A proposta também inova quando permite que a mulher ou o filho cuja paternidade está sendo questionada possa tomar a iniciativa de propor ação judicial para resolver a questão. Pela



A proposta de Cabral torna o teste de DNA prova indiscutível de paternidade

lei atual, somente aos homens é garantido esse direito. De acordo com Bernardo Cabral, o seu objetivo é quebrar o "tabu que consiste no fato de que as pessoas interessadas em esclarecer a própria filiação se vejam impedidas de solucionar tal problema".

Além disso, enfatiza o senador, "a mulher é uma das pessoas interessadas na questão, devendo-se permitir que produza a prova que desejar". Somente a mera confissão extrajudicial continua não sendo admitida como prova.

Jucá sugere que Hélio Campos dê nome a rodovia

Projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) dá o nome do governador Hélio Campos ao trecho da BR-174, compreendido entre o Marco BV-8 e a divisa dos estados do Amazonas e Roraima. Jucá afirma, em sua justificativa, que Hélio Campos exerceu, por duas vezes, o cargo de governador do território federal de Roraima, nos períodos de 1967 a 1969 e de 1970 a 1974, implantando as bases para a transformação do território em estado com a criação da Companhia de Água e Esgoto, a Companhia de Eletricidade e o Banco de Roraima.

Jucá lembrou que Hélio Campos foi deputado federal por duas legislaturas, tendo sido presidente da Comissão de Segurança Nacional e membro das comissões de Finanças e Especial da Amazônia. Eleito o senador mais votado do estado, em 1991, veio a falecer no início de seu mandato.

— Por tudo que fez por Roraima, em todos os cargos exercidos com dignidade, Hélio Campos faz por merecer a honraria — defende Jucá.

Rocha diz que governadores não devem ir à reunião com FHC

Para senador, é inútil participar de encontro com um presidente que não se dispõe a oferecer alternativas para os problemas dos estados

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ontem que os governadores de oposição não devem comparecer à reunião convocada pelo presidente da República. Ele descarta qualquer acusação de radicalismo: no seu entender, os governadores não deveriam ir porque a reunião não terá qualquer resultado prático.

De acordo com Sebastião Rocha, o emparelhamento dos governadores dos partidos de oposição mostrará uma incoerência. Para o senador, a reunião mais parece uma homenagem ao presidente da República, à qual Fernando Henrique Cardoso não está fazendo jus.

Da tribuna, Rocha afirmou que "a vaidade do presidente da República falou mais alto" e ele, apoiado pela base governista no Congresso Nacional, optou por viabilizar a própria reeleição "em vez de cuidar do destino do país com a responsabilidade que dele se exigia". Segundo o senador, Fernando Henrique deixou de tomar decisões inadiáveis para não prejudicar sua reeleição, comprometendo o futuro do Brasil.

Na sua opinião, o presidente é responsável pela crise econômica e também pela crise federativa que atualmente afeta o Brasil. Ele lembrou que Fernando Henrique se recusou a receber a comissão designada pelos governadores de oposição e não quis rediscutir a situação dos estados, depois da crise econômica que agravou a situação em vários deles.

— O diálogo deve ser sobre o cerne da questão e o presidente insiste em querer discutir a periferia — afirmou.

O representante do Amapá também considerou inadmissível o Senado recusar-se a receber o governador Itamar Franco — "um ex-senador" — para discutir a situação dos estados. Segundo ele, o governador de Minas Gerais apenas alertou para o abismo com que se depararam os chefes dos poderes executivos estaduais após o acordo de renegociação das dívidas frente a um cenário de crise. Sebastião Rocha disse estar alarmado por ouvir falar, mesmo que não oficialmente, em intervenção, de um lado, e em trincheira de resistência, de outro.

— É preciso que o presidente do Senado e os demais senadores abram espaço para que os governadores venham a esta Casa falar de público sobre a situação de seus estados — afirmou.

Sebastião Rocha também defendeu um aumento real para o salário mínimo, lembrando que, com a desvalorização da moeda, o seu valor equivalente em dólares caiu à metade.

O senador ponderou que há tempo suficiente para que seja negociado esse aumento, já que ainda faltam dois meses para o 1º de Maio, Dia do Trabalhador, quando tradicionalmente há reajuste do salário mínimo. Para ele, a indexação do salário mínimo é justificável:

— O povo não tem culpa se o governo



Responsabilizando FHC pela crise, Sebastião Rocha defende aumento real do salário mínimo

cometeu esses atos escabrosos — disse.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) também considerou "um absurdo" o Senado deixar de ouvir Itamar Franco. Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu o diálogo, afirmando que "os governadores têm que colocar o interesse do povo acima de suas eventuais paixões".

Ao finalizar seu discurso, Sebastião Rocha adiantou que votará contra a indicação de Arminio Fraga para o Banco Central, por considerar que ele não preenche o requisito de reputação ilibada, entre outros. O senador afirmou que, na votação do nome de Francisco Lopes, sentiu-se realmente um "neobobo" — neologismo criado pelo presidente da República para qualificar os seus críticos.

Suplicy: dívidas podem virar investimento

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encampou ontem, em plenário, a proposta do ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque de trocar a dívida dos estados por investimentos em programas de renda mínima ligados à educação. Para ele, a ideia, que já recebeu o apoio de diversas entidades da sociedade civil, deve ser considerada com seriedade.

— A proposta está na linha do que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) está sugerindo na Campanha da Fraternidade deste ano. Programas como o bolsa-escola podem garantir condições mínimas de dignidade a diversas famílias — disse Suplicy da tribuna, antes de ler o manifesto que lançou a proposta.

O documento, assinado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela Comissão Justiça e Paz da CNBB, pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, pela Marcha Global pela Erradicação do Trabalho Infantil e pela Missão Criança (organização não-governamental criada por Cristovam Buarque), sugere que a União, como credora dos estados, troque metade da dívida por um investi-



Suplicy endossou proposta que permite aumentar investimentos no bolsa-escola

mento social em educação.

"Com apenas R\$ 1 bilhão, segundo cálculos do próprio governo federal, é possível garantir bolsa-escola e outros programas de combate ao trabalho infantil para dois milhões de famílias, mães e pais dos nossos quatro milhões de crianças trabalhadoras", diz o manifesto.

Suplicy lamentou que o governo federal tenha cortado as verbas do projeto de renda mínima, aprovado recentemente pelo Congresso, para cerca de R\$ 50 milhões em 1999. Na opinião do senador, o governo revela pequeno interesse pelo tema, pois a prioridade é o pagamento de juros a banqueiros.

APARTES

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) elogiou a defesa "incansável" de Suplicy da implantação de um programa de renda mínima no Brasil. Ela entende que o debate é de grande importância para o combate à pobreza no país.

— A proposta não tem recebido respeito do governo federal por este não respeitar a grande maioria de marginalizados que existem no país. A iniciativa seria fundamental para reduzir a miserabilidade no Brasil — afirmou Heloisa.

Outro a se associar às ideias de Suplicy foi o senador Romero Jucá (PSDB-RR), que concorda com a necessidade de se buscarem políticas compensatórias de equilíbrio social, de forma a melhorar a qualidade de vida da população do país.

Antes de concluir seu pronunciamento, Suplicy apoiou a proposta de um imposto mundial de 0,5% sobre a transferência de recursos financeiros entre os países. Segundo o senador, a medida teria a finalidade de diminuir a especulação e a vulnerabilidade econômica dos países mais pobres. Além disso, os recursos poderiam ser destinados ao financiamento de um programa geral de renda mínima, "um fundo de cidadania para todas as pessoas do planeta".

Távola propõe tombar estúdio da Rádio Nacional

Senador afirma que a emissora, ao inaugurar uma nova linguagem no mundo radiofônico, deixou um legado de competência e criatividade que influenciou decisivamente essa atividade no país

“É preciso proteger e resgatar marcos históricos”, afirma Artur da Távola



O antigo estúdio da Rádio Nacional poderá ser tombado e transformado em Museu da História do Rádio no Brasil. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), foi apresentado no Senado Federal.

Em sua justificativa, o senador afirma que a Rádio Nacional, ao inaugurar uma nova linguagem no mundo radiofônico, deixou um legado de competência e criatividade que influenciou decisivamente essa atividade no país.

ESTÚDIO FICA NO RIO

O estúdio da rádio está localizado no 22º andar do antigo edifício do jornal *A Noite*, na Praça Mauá, no Rio de Janeiro. Caso o projeto seja aprovado, o local deverá passar pelo processo de desapropriação e tombamento, de forma a permitir que seu espaço abrigue o Museu da História do Rádio no Brasil.

– No mundo da mídia, hoje tão valorizado e presente no cotidia-

no de cada cidadão, há também que se proteger e resgatar seus marcos históricos, em favor da plena compreensão de sua trajetória. Nada mais legítimo, portanto, que se resgatar, por intermédio do tombamento, o recinto da Rádio Nacional, indiscutível marco da história do rádio e da cultura brasileiros – defendeu Artur da Távola.

Para o senador, existe uma “cultura radiofônica, peculiar, popular, que não deve desaparecer”.

Ronaldo defende cidadania para os portadores de necessidades especiais

A promoção da cidadania dos portadores de necessidades especiais foi defendida pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), ao pedir mais atenção para o problema e sugerir a adoção de medidas que não tenham caráter de filantropia. Esses cidadãos não precisam de manifestações piedosas, mas de ações eficazes e justas, afirmou.

Ronaldo citou pesquisas a respeito das dificuldades de acesso dos portadores de necessidades especiais ao emprego e ao trabalho, sendo a primeira delas o baixo nível de escolaridade, seguido pela falta de habilitação profissional.

– Além das diferenças de renda e emprego entre trabalhadores portadores e não portadores de necessidades especiais, a falta de capacitação profissional estende a desvantagem dos primeiros na competição do mercado de trabalho, mesmo porque é evidente a diminuição do efeito protetor da lei para os de menor escolaridade – comentou Ronaldo Cunha Lima.

Como sugestão para facilitar o acesso dos portadores de necessidades especiais ao mercado de trabalho, ele citou o aumento das oportunidades de formação, principalmente de acesso à educação especial. Informou que hoje, na América Latina, o número de alunos no mercado fundamental integrado por estudantes de educação especial é de 0,40%.

Ao tomar conhecimento dos resultados do II Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, realizado em Foz do Iguaçu no ano passado, o senador pela Paraíba determinou que sua assessoria ini-



Ronaldo: baixo nível de escolaridade prejudica ainda mais os portadores de necessidades especiais

ciasse os estudos necessários para a elaboração de um projeto de lei que revise a política de trabalho dos portadores de necessidades especiais.

– Queremos garantir a estas pessoas, no lugar das ações cari-

dosas, o sentimento de dignidade, provindo da independência pessoal, da valorização do trabalho que exercem, do reconhecimento, enfim, de que lhes cabe o exercício pleno dos deveres e direitos da cidadania – concluiu.



ACM preside filiação de Juvêncio ao PFL

O senador Antonio Carlos Magalhães presidiu ontem a solenidade de filiação do senador Juvêncio César da Fonseca (foto) ao PFL de Mato Grosso do Sul. O novo integrante da bancada do PFL no Senado Federal destacou a “satisfação em aceitar convite do senador Antonio Carlos” e classificou seu ingresso no partido como “um ato de engenharia política, na busca da força do PFL em favor de Mato Grosso do Sul”.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h – Saúde Todo Dia – Atividade: Musculação
7h30 – Especial Unip – Assunto: Cirurgia do câncer
7h55 – Senado em Pauta
8h – Saúde Todo Dia – Ginástica Olímpica
8h30 – Jornal do Senado
8h55 – Senado em Pauta
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo) – Em destaque: Sabatina dos indicados pelo Executivo à diretoria do Banco Central
18h30 – Cores do Brasil – Em destaque, Diamantina
19h – Palestra – Droga e família
20h – Cores do Brasil – Amazonas
20h30 – Entrevista – O senador Pedro Simon fala sobre reforma político-partidária
21h – Jornal do Senado
21h15 – Consulta Marcada – Problemas de audição
21h55 – Senado em Pauta

22h – Espaço Cultural – Show com Toquinho e Orquestra
22h55 – Senado em Pauta
23h – Consulta Marcada – Problemas de audição
0h – Especial – “Madagascar 360”

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
9h – Sessão plenária (ao vivo) e, em seguida, Comissão de Assuntos Econômicos
19h – “A Voz do Brasil”
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



"A merenda escolar é intocável", diz Eduardo Siqueira Campos

Senador critica cortes na merenda e na cesta básica

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) considerou "injustificáveis" os cortes feitos pelo governo federal nos recursos destinados à merenda escolar e à distribuição de cestas básicas. "O governo já sofre acusações de ter uma política tímida na área social. A merenda escolar é intocável", destacou.

Ele defendeu a adoção de programas de renda mínima, como o Pioneiros Mirins, implantado no seu estado, onde atende 30 mil crianças, e o Bolsa-Escola, do Distrito Federal. "Paralelamente à abertura de frentes de serviço e à distribuição de cestas básicas, deve-se adotar um programa de renda mínima", afirmou.

Eduardo Siqueira Campos disse também que os cortes no setor social contrariam até mesmo os políticos que apóiam o governo e que têm uma visão crítica. O senador pediu uma posição mais forte do governo na área social. "Quero saber de quanto será a economia conseguida com essa medida. Para onde irão esses recursos?", questionou.

CRIANÇA

Eduardo Siqueira Campos apresentou terça-feira um requerimento que será votado pelo plenário, em data ainda não acertada, para a criação de uma Comissão Especial da Criança e do Adolescente. O requerimento teve a assinatura de apoio dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Jader Barbalho (PMDB-PA), José Eduardo Dutra (PT-SE), Romero Jucá (PSDB-RR), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Edison Lobão (PFL-MA) e Carlos Patrocínio (PFL-TO).

A intenção do senador Eduardo Siqueira Campos é formar uma bancada integrada por parlamentares unidos na defesa dos interesses das crianças.

Luiz Otávio quer investimento no potencial da Amazônia

A região pode dar importantes contribuições ao país, afirma o senador, desde que seja inserida em um projeto nacional de desenvolvimento

Em seu primeiro discurso da tribuna do plenário, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) cobrou ontem a inserção da Amazônia em um projeto nacional de desenvolvimento. Para ele, o Pará e a região podem dar importantes contribuições ao Brasil, por meio de investimentos no potencial econômico dos estados.

— Tenho certeza de que a contribuição da Amazônia nesta hora de crise nacional é perfeitamente factível e só depende de nós, do governo federal e dos executivos estaduais da região — afirmou o senador.

Luiz Otávio listou projetos viáveis para realização na região, como o transporte de grãos pelos rios da bacia do Amazonas e a ampliação da hidrelétrica de Tucuruí, obra já anunciada pelo governo federal. Investimentos como esses, na opinião do senador, se bem planejados podem gerar resultados positivos para impulsionar o desenvolvimento.

— Não deixo de concordar que as taxas de juros são altas, mas, quando se investe mal, é pior ainda. Devemos mostrar e implementar a nos-



Luiz Otávio apóia o presidente da República na questão das dívidas dos estados

sa capacidade de solução de problemas. Essa é uma empreitada de interesse nacional — disse.

Os efeitos da Lei Kandir sobre as finanças dos estados do Norte também foram abordados por Luiz Otávio. Para ele, é injusto que a Amazônia, responsável por 10% das exportações brasileiras, seja afetada pelos mecanismos de desoneração das vendas externas. O senador acredita que a alteração da lei, que pode ser anunciada na reunião entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e os governadores, evitaria mais preju-

ízos aos estados.

DÍVIDAS ESTADUAIS

Em relação à renegociação das dívidas dos estados, o senador defendeu o presidente da República. Para ele, pela abordagem que se está dando à demanda dos governadores, parece que houve uma inversão dos fatos.

— Por que, ao invés de se cobrar tanto do presidente, não se cobra também dos estados que cumpram o que foi contratado? Quem descumpriu o contrato foi Minas Gerais. Parece que todos agora são inimigos do presidente. É hora de nos unirmos neste momento de dificuldade — declarou Luiz Otávio.

Em aparte, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) elogiou a atitude "corajosa" do governador de Minas, Itamar Franco, que ao apontar as dificuldades de seu estado teria prestado um grande serviço aos demais. Para ela, os contratos de renegociação das dívidas são impagáveis e ferem a Constituição, por retirarem dos governos estaduais a competência de gerir suas contas.

Mozarildo defende uma nova política indigenista

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu ontem, em discurso no plenário, a extinção da Fundação Nacional do Índio (Funai) e a adoção de uma nova política indigenista no país. "A Funai tem sido um exemplo de órgão mal gerido, ineficiente, cuja única obra é delimitar e demarcar imensas reservas indígenas, principalmente na Amazônia", criticou.

A sugestão do senador é que a Funai seja transformada em secretaria ou subsecretaria do Ministério da Justiça e que os estados passem a ter a incumbência de assistir e defender as comunidades indígenas, sob supervisão do governo federal.

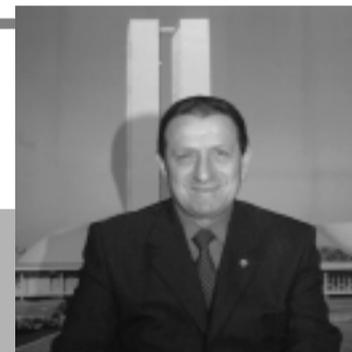
— Precisamos adotar uma política indigenista mais atual, mais moderna, diferente dessa que é regida por um estatuto do índio caduco, conflitante com a Constituição. Seria oportuno, num momento de crise como o que atravessamos, quando o governo defende o enxugamento da máquina administrativa, pensar na extinção da

Funai — salientou.

Segundo Mozarildo, metade do estado de Roraima está delimitada para reservas indígenas. Uma portaria do ministro da Justiça, Renan Calheiros, disse o senador, considerou reserva indígena uma grande região de fronteira, onde vivem cerca de dez mil índios de pelo menos cinco etnias. Essa reserva, chamada Raposa Serra do Sol, tem quase dois milhões de hectares.

Depois de um encontro com a bancada parlamentar do estado, o ministro se comprometeu a deixar fora da área indígena as sedes dos municípios, as vilas, o perímetro das rodovias federais e estaduais e as áreas produtivas indispensáveis ao desenvolvimento do estado, explicou. "Estou confiando na palavra do ministro", afirmou o senador.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) elogiou o pronunciamento, afirmando que em seu estado também ocorrem demarcações desproporcionais de terras indígenas.

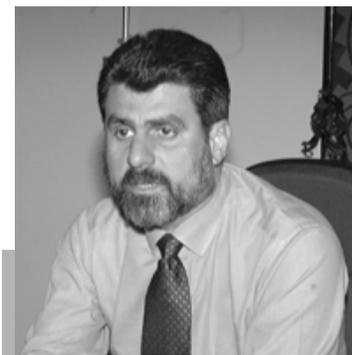


Mozarildo Cavalcanti classifica a Funai de ineficiente e sugere sua extinção

DEMARCAÇÕES

Foi encaminhado à Comissão de Educação, em caráter terminativo, requerimento de Mozarildo Cavalcanti propondo a criação de uma comissão temporária para acompanhar a situação das demarcações de reservas indígenas e não-indígenas em Roraima. A comissão terá como tarefa avaliar as providências adotadas pelo governo para assegurar os interesses indígenas e do país e propor ações destinadas a manter a integridade dos índios.

Segundo a proposta, a comissão será composta por sete senadores e terá um prazo de 120 dias para apresentar seu parecer.



Romero Jucá considera a Funai importante para a política indigenista do país

Jucá apóia a Funai e pede entendimento em Roraima

Em defesa da Fundação Nacional do Índio (Funai), o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse ontem que a entidade conta com servidores dedicados e tem desempenhado importante papel na política indigenista do país. As divergências em Roraima sobre a demarcação de terras indígenas, observou, devem ser resolvidas pela negociação e não com a desestruturação das entidades que atuam em defesa dos índios.

— Deve haver harmonia entre a população de Roraima. A terra é útil para o índio, mas a demarcação de terras indígenas deve ser feita com equilíbrio, pois o conflito é ruim para todos e pior ainda para os índios, cujas lideranças já foram, muitas vezes, massacradas no país — afirmou Jucá.

Ele apontou a região denominada de Raposa Serra do Sol, em Roraima, como o centro dos conflitos devido à demarcação das terras para os índios, mas disse que o ministro da Justiça, Renan Calheiros, está empenhado em encontrar uma solução para o problema.

— Infelizmente, disseram aqui que a Funai não atua. Fico triste que algum parlamentar use espaço para desestruturar a comunidade indígena. Quero fazer um desagravo aos funcionários da Funai — afirmou.

Romero Jucá concorda que a Funai possa ser transformada em uma secretaria de assuntos indígenas, mas é contra a delegação de poderes a estados e municípios para que cuidem da saúde dos índios, como propôs o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), durante discurso no plenário, quando também criticou a Funai e pediu sua extinção. "Se em Roraima a saúde fosse estadualizada, os índios estariam mortos", afirmou Romero Jucá.